

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

Relatório da administração

Comentários dos Diretores

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras

As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 01 – “presentação de financial statements”, emitida pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações. a) **condições financeiras e patrimoniais gerais:** Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total foi de 0,44. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 14.301 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,21. O índice de dívida líquida em relação ao período de 31 de dezembro de 2023 se manteve estável devido a maturação dos negócios e um ciclo controlado de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total foi de 0,37. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 8.538 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,21. b) **estrutura de capital:** Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados um perfil equilibrado entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades. c) **capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:** Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo

menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2024 eram 2,10 e 1,80, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2023 eram 1,92 e 1,93, respectivamente. Acreditamos que o relacionamento da Companhia e de seus controladores com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade. (d) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:** Nos dois últimos exercícios sociais as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (ii) aumento de capital advindo dos sócios. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. (e) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:** A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração de caixa decorrente de suas atividades operacionais e eventualmente, se necessário, de operações de captação de recursos junto a instituições financeiras. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia: (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio. Os diretores da Companhia entendem que as fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado continuará sendo suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais. (f) **Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:** A Companhia não possui empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no período de 31 de dezembro de 2024. g) **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:** Os números e análises a seguir apresentados são oriundos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Comentários dos diretores sobre: a) resultados das operações da Companhia:** i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita: A receita líquida da Companhia é composta, (i) pela receita bruta, que é proveniente dos serviços de saúde prestados pela Companhia, principalmente para operadoras de planos de assistência à saúde, que, por sua vez, incluem materiais clínicos e hospitalares, medicamentos, taxas de uso e diárias, (ii) deduzida dos (a) cancelamentos e abatimentos, que consistem, basicamente, das glosas médicas que a Companhia realiza como resultado da não aprovação, por operadoras de planos de assistência à saúde, de determinados procedimentos médicos, medicamentos e/ou materiais realizados e/ou utilizados pela Companhia; e (b) impostos incidentes sobre a receita bruta, correspondentes ao (a) PIS e a COFINS, que são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente; e (b) ISS, que é imposto

municipal e incide a alíquotas que variam entre 2% e 5%, conforme o município em que a Companhia efetivamente presta serviços saúde. ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais: Nos dois últimos exercícios sociais, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram (i) crescimento orgânico e (ii) escala. (i) **Crescimento Orgânico:** A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que promovam o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida por meio do desenvolvimento de projetos *Greenfield* e *Brownfield* com o objetivo de expandir a capacidade operacional da Companhia. (ii) **Escala:** Desde a sua fundação, o crescimento orgânico e as aquisições de empresas têm sido os principais pilares de crescimento do Grupo Oncoclinicas, grupo controlador da Companhia. Os diretores da companhia entendem que a estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial e sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia:** Os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e a totalidade das suas receitas estão em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. Cabe ressaltar que toda estrutura de custos da Companhia não é afetada pela variação do câmbio entre o real e o dólar norte-americano, uma vez que a precificação dos medicamentos utilizados pela Companhia em seus tratamentos é regulada pelo ministério da saúde brasileiro e não é indexada em moeda estrangeira. No ano de 2024 o PIB brasileiro (publicada pelo IPEA) apresentou um crescimento de 3,3% em relação ao ano de 2023. Essa retomada da atividade econômica colabora com nossos negócios uma vez que as pessoas tendem a voltar a fazer seus exames periódicos e retomam seus tratamentos recorrentes. **Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras:** (a) **Introdução ou alienação de segmento operacional** - Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. (b) **Eventos ou operações não usuais:** Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia. **Política de Reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou R\$ 14.608 mil de lucro líquido, o valor a ser distribuído aos sócios será conforme definido e aprovado em assembleia. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$ 16.147 mil de lucro líquido, no qual podemos notar o que foi distribuído nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	14.301	8.538
Contas a receber de clientes	5	23.237	19.290
Estoques	6	829	432
Impostos a recuperar	7	263	1.273
Partes relacionadas	15	7.668	7.534
Outros ativos	10	274	31
Total do ativo circulante		46.572	37.098
Ativo não circulante			
Depósito judicial	24	170	-
Partes relacionadas	15	9.788	-
Imobilizado	8	136	139
Intangível	9	32.446	33.875
Direito de uso	11	1.599	372
Total do ativo não circulante		44.139	34.386
Total do ativo		90.711	71.484

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Angará Oncologia e Participações S.A. (“Companhia” ou “ANGARÁ”), com sede na Q.S. 3, LT. 03, Lote 05/07 Loja 21, Sala 01, Loja 101, Edifício Pátio Capital, Águas Claras, Brasília / Distrito Federal, fundada em 2019 é uma sociedade anônima de capital fechado. O objeto social é (i) prestação de serviços médico-hospitalares em geral, especificamente as atividades relacionadas à hematologia e oncologia, contemplando procedimentos de atendimento, diagnóstico, terapia, emergência, suprimento de vida cirúrgicos, internação de pacientes, entre outros, e (ii) participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresas. A Central Nacional da Unimed – Cooperativa Central (“CNU” ou “Cooperativa”) e Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A. (“Oncoclinicas”), firmaram uma parceria estratégica, para em conjunto, atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. As operações da Companhia, iniciadas em fevereiro 2020, estão sendo realizadas por meio da parceria com a Onco Vida Instituto Especializado de Oncologias Clínicas S.A. (“Onco Vida”) e a Aliança Instituto de Oncologia S.A. (“Aliança”), Brasília-DF, ambas controladas pelo Grupo Oncoclinicas. A partir do dia de agosto de 2023, a companhia passou a consolidar os resultados da Central Nacional Unimed (CNU) das unidades Oncovida e Aliança. Nesse sentido, tanto a receita quanto os custos de materiais e medicamentos, são diretamente contabilizados na Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2. **Moeda funcional e apresentação:** A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. 2.3. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa); (ii) definição da vida útil dos bens do intangível; e (iii) contabilização de provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados. A administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como futuros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES EDUCATIVAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as seguintes políticas contábeis materiais: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por ativos de caixa, por saldos em contas bancárias e em aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos originais de até noventa dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com insignificante risco de mudança de valor. b) **Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: (i) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Ativo financeiro: Todas as compras e vendas regulares correspondem a compras e vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Classificação: Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos de principal e dos juros incidentes sobre o valor principal em aberto. Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. “Impairment” de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	17	73.569
Custo dos serviços prestados	18	(44.509)
Lucro bruto		29.060
Despesas (despesas) operacionais	18	(9.139)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(2.100)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.821
Receitas financeiras	19	890
Despesas financeiras	19	(857)
Resultado financeiro líquido		33
Lucro antes de impostos impostos de renda e contribuição social	20	(3.246)
Impostos de renda e contribuição social - correntes	20	(7.855)
Lucro líquido do exercício		17.854
Lucro líquido por ação	21	0,38
Básico (centavos por ação - em R\$)	21	0,42

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Notas	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	14.608	16.147
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	14.608	16.147

As notas

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

PG 2/3

Continuação...

Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **i) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **ii) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **m) Partes relacionadas:** As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mutuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. **3.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar imediatamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) O que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quanto um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia. **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2):** A alteração no CPC 36 (R3), visa apresentar um melhor detalhamento quanto ao tratamento de transações intercompanhias, eliminando distorções nos resultados consolidados. Já a alteração ocorrida no CPC 18 (R2) aprimora a definição e classificação quanto ao método de equivalência patrimonial, além de refinar os critérios de mensuração e ajustes subsequentes. Ambas as alterações visam um melhor alinhamento às regras internacionais de contabilidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024:** As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações à IAS 21/ CPC 02 : Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade:** As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio cria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso. Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes. As alterações não especificam como a entidade estima a taxa de câmbio à vista para atender a esse objetivo. A entidade pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa. Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A entidade não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações. A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substituiu a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduziu novas exigências para: i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis. **IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo: (i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento; (ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação; (iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes; (iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratuamente; (v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	88	44
Aplicações financeiras (i)	14.213	8.494
Total	14.301	8.538

(i) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rendimentos equivalentes às taxas de 97% em 31 dezembro de 2024 (98% em 31 dezembro de 2023), e com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Clientes	19.295	17.189
Receitas a faturar	3.942	2.101
Total	23.237	19.290

As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se, substancialmente, a serviços prestados aos convênios, cujos recebimentos ocorrem, em média, em 108 dias, em 31 de dezembro de 2024.

A composição de contas a receber por vencimento é conforme demonstrada abaixo:

	2024	2023
A vencer	9.867	9.080
Vencidos até 90 dias	8.369	10.210

	2024	2023
Vencidos de 91 a 180 dias	617	-
Vencidos acima de 180 dias (i)	4.384	-
Total	23.237	19.290

(i) Não existe provisão de PECLD, tendo em vista a negociação que a companhia possui com a Central Nacional da Unimed - Cooperativa Central ("CNU" ou "Cooperativa"), que permite a realização de acordos, bem como, abatimentos em dividendos.

6. ESTOQUES

	2024	2023
Medicamentos	719	335
Materiais e EPI's	110	97
Total	829	432

Refer-se, substancialmente, a medicamentos utilizados em procedimentos quimioterápicos. Não há quaisquer provisões para perdas e ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRPJ	-	1.165
CSSL	-	24

	2024	2023
PIS/COFINS	263	84
Total	263	1.273

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é composto como segue:

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Móveis e utensílios	10%	38	(4)	34	23
Computadores e periféricos	20%	134	(35)	99	5
Benefícios em imóveis de terceiros	8%	3	-	3	111

	175	(39)	136	139
Em 31 de dezembro de 2024, não existem bens dados em garantia. A Administração não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.				

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benefícios em imóveis de terceiros	Total
Aquisições	24	13	111	148
Depreciações	(1)	(8)	(9)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23	5	111	139

	11	13	3	27
Aquisições	11	13	3	27
Depreciações	(3)	(27)	(30)	

	3	108	(111)	-
Transferências	3	108	(111)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34	99	3	136

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

A companhia efetua análise do valor recuperável das unidades geradoras de caixa em caso de indicativos de *impairment* e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 não foi identificada a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos *impairment*.**9. INTANGÍVEL**

O ativo intangível da Companhia é composto como segue:

A movimentação segue adiante:

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Acordo de parceria (i)	3,33%	38.400	(6.400)	32.000	33.280
Sistemas e aplicativos	20%	603	(160)	443	85
Desenvolvimento de software	-	3	-	3	510
Total	39.006	(6.560)	32.446	33.875	

(i) Refer-se a direitos contratuais de parceria estratégica no valor de

Continuação...

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas	14.608	16.147
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	38.408	38.408
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R\$)	0,38	0,42

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. A Companhia não possui operações descontinuadas.

24. CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, quando necessário é constituído provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2024 e 2023 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis ou possíveis em suas demonstrações contábeis. Os depósitos judiciais estão assim representados:

	2024	2023
Contribuição (i)	170	-
Total	170	1

(i) A Companhia entende que os débitos do período de dezembro de 2023 a março de 2024 são passíveis de inclusão no Programa de Autorregularização. Nesse sentido, suspendemos o recolhimento dos débitos de tributos federais para inclusão no programa. Diante do entendimento contrário da RFB, impetraramos Mandado de Segurança para buscar o direito de incluirmos tais débitos no programa. Em função da discussão judicial, foi necessário depositarmos judicialmente o valor principal dos impostos devidos, acompanhados de eventuais valores de multas e juros, garantindo assim o valor total do débito. Por isso foram provisionados os valores de multas e juros depositados em conta judicial. As chances de êxito são possíveis e há expectativa de levantamento dos valores integrais de multas e juros, corrigidos pela Selic, em caso de sucesso da tese. O valor total depositado para essa discussão é de R\$170.

25. OUTROS PASSIVOS

Outras contas a pagar

Total

	2024	2023
Outras contas a pagar	10	1
Total	10	1

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº4.

a) Transações que não envolveram o caixa

Direito de uso

Variação do direito de uso

Amortização do direito de uso

Efeito não caixa

Adição/remersuração (ativo)

Total da variação menos as transações não caixa do direito de uso

	2024	2023
Direito de uso	1.227	372
Variação do direito de uso	(408)	(34)
Amortização do direito de uso		
Efeito não caixa		
Adição/remersuração (ativo)	1.635	406
Total da variação menos as transações não caixa do direito de uso	1.227	372

Passivo de arrendamento

Variação do passivo de arrendamento

Juros sobre passivo de arrendamento

Pagamento de arrendamentos

Efeito não caixa

Adição/remersuração (ativo)

Total da variação menos as transações não caixa do passivo de arrendamento

	2024	2023
Passivo de arrendamento	1.319	382
Variação do passivo de arrendamento	237	24
Juros sobre passivo de arrendamento	(553)	(48)
Pagamento de arrendamentos		
Efeito não caixa		
Adição/remersuração (ativo)	1.635	406
Total da variação menos as transações não caixa do passivo de arrendamento	1.319	382

Dividendos a pagar

Variação dos dividendos a pagar

Efeito não caixa

Transferência dos dividendos a pagar do patrimônio líquido

Total da variação conforme fluxo de caixa

2024

2023

(3.470)

(157)

(3.470)

(20.556)

-

(20.713)

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada e autorizada pela administração em 28 de fevereiro de 2025.

DIRETORIA

Eduardo César Alves - Diretor Administrativo-Financeiro

Rodrigo de Oliveira Almeida - Diretor Médico

CONTADORIA

Larissa Aparecida Guimarães Januário - MG-117360/0-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Angará Participações S.A.

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Angará Oncologia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angará Oncologia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e com condições específicas definidas contratualmente entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, cujo relatório datado em 29 de fevereiro de 2024, continha ênfase relacionada ao mesmo assunto citado na ênfase deste relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas da auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025.



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 31/03/2025

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/09/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

